



ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL 01/2019



Realização:



# CADERNO DE QUESTÕES

CARGO:

2-CONSULTOR LEGISLATIVO:  
DIREITO

DATA: 12/01/2020

HORÁRIO: das 08 às 13 horas

**LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O  
CADERNO DE QUESTÕES**

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
  - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
  - RACIOCÍNIO LÓGICO: 11 a 20
  - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

**LÍNGUA PORTUGUESA**

De acordo com o texto, analise e responda às questões 01 e 02:

**O modelo de financiamento eleitoral e sua legitimidade constitucional**

01 As democracias maduras se caracterizam por um conjunto de práticas e valores aos quais se confere  
02 projeção institucional. O resultado dessa conformação se expressa num modelo de organização jurídico-  
03 política de Estado que se convencionou chamar de Estado Democrático de Direito. Por sua vez, compõe o  
04 núcleo desse modelo o princípio democrático e todos os direitos e liberdades que dele decorrem, sendo  
05 atribuído papel essencial à liberdade de voto do cidadão no processo eleitoral.

06 A liberdade de voto do eleitor deve se fazer presente em todo processo eleitoral, concretizando-se tanto  
07 na liberdade de convencimento e informação por parte do eleitor como na liberdade de apresentação da  
08 candidatura. Assim, a formação da vontade política genuína exige a exclusão de todos os tipos de  
09 constrangimento e pressões que possam, de fora, impor-se ilegitimamente tanto aos eleitores quanto aos  
10 candidatos durante, e após, o período de campanha.

11 Nesse contexto, ganha relevância o debate acerca do modelo de financiamento das campanhas que,  
12 em última instância, representa as condições materiais que proporcionam o exercício da atividade democrática  
13 pelos que almejam um cargo eletivo. Nas sociedades complexas, a arrecadação de recursos pelos candidatos  
14 é importante porque propicia a estrutura de campanha necessária para projetar a plataforma da candidatura  
15 por diferentes meios, visando atingir os diversos grupos sociais, o que pode influenciar decisivamente no  
16 resultado eleitoral final.

17 Por isso, é latente a questão sobre o modo como as campanhas eleitorais são financiadas, desde os  
18 sujeitos interessados até os valores doados e arrecadados. A controvérsia reside na legitimidade e  
19 constitucionalidade da normativa infraconstitucional sobre o assunto e seu efetivo cumprimento. É na  
20 legislação infraconstitucional que se definem os mecanismos de angariação, limitação e controle dos recursos  
21 utilizados para financiar as campanhas eleitorais, sendo imperativo que respeitem o modelo democrático  
22 expresso na Carta Constitucional.

23 O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade,  
24 enfrentando o tema por meio da tentativa de declarar inconstitucionais. A OAB fundamentou o pleito nos vícios  
25 do processo eleitoral decorrentes do modo como se exercia o financiamento das campanhas por pessoas  
26 jurídicas e da oportunidade conferida aos cidadãos mais ricos de financiar a própria campanha sem limites.  
27 Sustentou que o modelo permissivo a estas práticas gera exacerbada dependência da política em relação ao  
28 poder econômico, ocasionando severa assimetria de recursos e, conseqüentemente, de possibilidade de êxito,  
29 entre aqueles que dispõem de vultosas quantias financeiras para aplicar na estrutura de campanha e os  
30 demais que não possuem.

31 Alegou-se que a incidência das normas atacadas desvirtuava o sentido próprio da atividade política num  
32 Estado que se pretenda Democrático, visto que permitiam uma influência desproporcional do poder econômico  
33 no pleito eleitoral em favor daqueles com maior acesso a recursos materiais. Seria a primazia dos interesses  
34 do capital em detrimento dos interesses da sociedade civil organizada, resultando na dominância de  
35 interesses economicamente hegemônicos primeiramente na arena eleitoral e, posteriormente, no exercício  
36 das funções políticas e administrativas por aqueles que foram eleitos.

37 Enfim, a influência das empresas no modo com se desenhava consistiria em prática sucedânea ao  
38 coronelismo da Velha República que, por atingir o núcleo do princípio democrático, deve ser contida pela  
39 atuação jurisdicional. Ademais, o modelo no qual os candidatos recebem recursos de pessoas físicas promove  
40 aproximação do cidadão com o processo eleitoral. A Carta Constitucional de 1988 veda a influência excessiva  
41 do poder econômico no processo eleitoral, mas, para alguns, isto deve ocorrer por meio de normatizações e  
42 do processo legislativo, enquanto a maioria considerou o modelo vigente para doação por empresas um  
43 elemento definitivo para contribuir com a defasagem democrática do Brasil.

(Marcus Vinicius Furtado Coêlho, ex-presidente da OAB Nacional, in *Revista Consultor Jurídico*, 9.set.2018, adaptado)

01. Pelas ideias expostas pelo autor, o processo eleitoral democrático só NÃO pode ter:
- (A) A liberdade do eleitor em todo o processo eleitoral, do acesso à informação até seu convencimento.
  - (B) As práticas exacerbadas do poder econômico em campanhas sem limites e com assimetria de recursos.
  - (C) O banimento da influência das empresas como se praticava do coronelismo da Velha República.
  - (D) A exclusão de todos os tipos de constrangimento e pressões a todos envolvidos no processo.
  - (E) A arrecadação de recursos para estruturar a campanha necessária a garantir as mesmas condições na disputa.
02. A ideia central do texto defendida pelo autor é que:
- (A) O financiamento de campanha eleitoral é inconstitucional.
  - (B) A Carta Constitucional de 1988 veda a influência do poder econômico no processo eleitoral.
  - (C) Os mecanismos de angariação, limitação e controle dos recursos devem dar condições igualitárias a todos os candidatos.
  - (D) O poder econômico não permite a disputa eleitoral em nível de igualdade.
  - (E) O Estado Democrático de Direito garante a liberdade do voto do eleitor.
03. A frase que está escrita de acordo com as novas regras de Ortografia da Língua Portuguesa é:
- (A) Há heróis que têm idéias nada heróicas.
  - (B) O semi-árido não aguenta uma mega-seca.
  - (C) Um pára-brisa não detém o pôr-do-sol.
  - (D) O colégio estadual fez uma Mega Revisão.
  - (E) Um governo antissocial defende ideias anti-imigratória.
04. A única construção que NÃO contém nenhum tipo de deslize gramatical é:
- (A) A casa que me venderam está em mau estado de conservação.
  - (B) A obra a qual me referi ontem está esgotada.
  - (C) O cargo porque anseias está a cada dia que passa mais distante.
  - (D) A mulher para que dedicaste-lhe aquela poesia não existe mais.
  - (E) Certos autores, os cujos me nego a declinar, parecem não pisarem no chão.
05. Nestes trechos de noticiários, NÃO contém erro gramatical ou incoerência argumentativa apenas em:
- (A) *Brasil cai em ranking mundial de educação em matemática e ciências; e fica estagnado em leitura.*
  - (B) *A maioria dos estudantes piauienses teve excelente desempenho do ENEM.*
  - (C) *O prejuízo foi equivalente a mais de 500 mil...*
  - (D) *A quantidade de clientes e turistas que estarão à sua volta irão provocar-lhe essa sensação.*
  - (E) *1 milhão de piauienses saíram da pobreza.*
06. O uso da preposição é imprescindível para a coerência textual pois, além de ligar as estruturas, determina o valor semântico da construção. Isso SÓ ocorre em uma das opções a seguir:
- (A) O Flamengo e o Vasco fizeram um grande espetáculo.
  - (B) O Flamengo com o Vasco fez um grande espetáculo.
  - (C) O Flamengo contra o Vasco fizeram um grande espetáculo.
  - (D) O Flamengo, e o Vasco, fez um grande espetáculo.
  - (E) O Flamengo, com o Vasco, fizeram um grande espetáculo.
07. A única sentença que NÃO apresenta Pleonasma vicioso é:
- (A) A enchente dessa noite levou a ponte que não existe mais.
  - (B) O visitante que vir aqui receberá atendimento em diversas áreas.
  - (C) Com o tempo, nosso pai ficou meio cauteloso demais.
  - (D) A hipótese mais concreta é que ele tenha realmente nos roubado.
  - (E) Quando sai para fora do carro, vi aquela enxurrada que corria do quintal.

08. Observe este período:

*Por sua vez, compõe o núcleo desse modelo o princípio democrático e todos os direitos e liberdades que dele decorrem, sendo atribuído papel essencial à liberdade de voto do cidadão no processo eleitoral.*

A reescrita desse período, além de estar gramaticalmente CORRETA, preserva os sentidos originais do texto em:

- (A) Por sua vez, compõem o núcleo desse modelo o princípio democrático e todos os direitos e liberdades que dele decorrem, sendo atribuído papel essencial à liberdade de voto do cidadão no processo eleitoral.
- (B) Por sua vez, o núcleo desse modelo é composto pelo princípio democrático e todos os direitos e liberdades que dele decorrem, sendo atribuído papel essencial à liberdade de voto do cidadão no processo eleitoral.
- (C) O núcleo desse modelo compõe o princípio democrático e todos os direitos e liberdades que dele decorrem por sua vez, sendo atribuído papel essencial à liberdade de voto do cidadão no processo eleitoral.
- (D) Compõem o núcleo desse modelo o princípio democrático e todos os direitos e liberdades que dele decorrem, sendo atribuído papel essencial à liberdade de voto do cidadão no processo eleitoral.
- (E) Por sua vez, compõe o núcleo desse modelo o princípio democrático e todos os direitos e liberdades que dele decorrem, pois atribui-lhe papel essencial à liberdade de voto do cidadão no preito eleitoral.

09. A ausência do acento grave NÃO provocaria alteração semântica apenas em:

- (A) Aquele frentista cheirava à gasolina.
- (B) O jovem Fernando escreve à Camões.
- (C) Neste desespero, só vendo à vista.
- (D) Refiro-me apenas à sua situação.
- (E) José sempre estudou à noite.

10. Analise esta sentença e responda ao que se pede:

*Deus ajuda-me!*

Se se colocasse uma vírgula após a palavra “Deus”, a única consideração INCORRETA seria:

- (A) A colocação pronominal ficaria facultativa.
- (B) A correção gramatical seria mantida.
- (C) O valor semântico alteraria plenamente.
- (D) O modo verbal mudaria radicalmente.
- (E) A palavra “Deus” mudaria completamente sua sintaxe.

### PROPOSTA DE REDAÇÃO

Observe as manchetes abaixo:

**Folha de São Paulo:** *Brasil é 57º do mundo em ranking de educação.*

**Veja Educação:** *Pisa 2018: Brasil segue abaixo da média da OCDE na educação.*

**G1 Educação:** *Brasil cai em ranking mundial de educação em matemática e ciências; e fica estagnado em leitura.*

**UOL Brasil Escola:** *Alunos de elite do Brasil têm performance pior em leitura do que pobres de outros países.*

- ✎ Desenvolva uma dissertação opinativa, posicionando-se sobre o que deve ter levado o Brasil a este desempenho desastroso na Educação. O texto da redação final que será considerado para correção deverá ser feito exclusivamente na Folha de Redação.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Na soma abaixo, cada letra representa um algarismo. O valor de  $a + b$  é igual à:

$$\begin{array}{r} \text{aba7} \\ + \text{63fd} \\ \hline \text{ab56} \\ \hline 19071 \end{array}$$

- (A) 8  
(B) 9  
(C) 10  
(D) 11  
(E) 12
12. Vinte times de futebol disputam um torneio por pontos corridos, cada time joga apenas uma única vez contra cada um dos outros times, por cada vitória o time vencedor ganha 3 pontos, a cada empate o time ganha 1 ponto e na derrota o time continua com a mesma pontuação. Após todos os jogos serem realizados, a opção que contém a informação CORRETA sobre o torneio é:
- (A) Foram realizadas 380 partidas.  
(B) Um time pode obter no máximo 54 pontos ao final do torneio.  
(C) Sempre existem dois times que terminam o torneio com a mesma pontuação.  
(D) A quantidade máxima de pontos que um time pode obter no final do torneio é menor que 60 e a quantidade de partidas realizadas ao fim do torneio é maior que 180.  
(E) Pelo menos um jogo terminou empatado.
13. Em uma mesa há nove cartões numerados de 1 a 9. Ricardo e Emília pegam dois cartões cada um. O produto dos números dos cartões de Ricardo é 15 e o produto dos números dos cartões de Emília é 12. A soma dos números dos cinco cartões deixados sobre a mesa é:
- (A) 26  
(B) 27  
(C) 28  
(D) 29  
(E) 30
14. Roberto, Mario e Amanda moram em apenas uma das seguintes cidades: Teresina, Parnaíba e Amarante. Além disso, cada um mora em uma cidade diferente da cidade dos outros dois. Nas sentenças abaixo, temos duas sentenças verdadeiras e uma falsa.
- I. Roberto não mora em Teresina e Amanda mora em Parnaíba.  
II. Mario mora em Teresina ou Roberto mora em Amarante.  
III. Amanda mora em Parnaíba e Mario não mora em Teresina.
- A opção que contém as informações CORRETAS sobre as sentenças I, II e III é:
- (A) A sentença I ou II é falsa.  
(B) As sentenças I e III são verdadeiras.  
(C) A sentença I é falsa.  
(D) A sentença II é falsa.  
(E) A sentença III é falsa.
15. Em uma mercearia existem pacotes de arroz de 1Kg, 3Kg e 5Kg. A quantidade de maneiras distintas que é possível comprar 12Kg é:
- (A) 9  
(B) 7  
(C) 8  
(D) 11  
(E) 10

16. Os números naturais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 são distribuídos em uma tabela 3x3, de modo que a soma dos elementos da segunda linha é 6 unidades maior que a soma dos elementos da primeira linha e a soma dos elementos da terceira linha é 6 unidades maior que a soma dos elementos da segunda linha. Sabendo disso, o valor do produto entre x e y é igual à:

w	v	1
x	y	4
z	9	u

- (A) 11  
(B) 18  
(C) 24  
(D) 28  
(E) 30
17. Em um prova de concurso os candidatos devem responder cinco questões de Informática. Sabendo que cada questão possui cinco alternativas e que cada candidato escolhe obrigatoriamente apenas uma das alternativas. A quantidade mínima de candidatos que devem fazer esta prova para garantir que sempre existirão três candidatos que responderão as cinco questões da mesma maneira é:
- (A) 3125  
(B) 6250  
(C) 6251  
(D) 9375  
(E) 9376
18. Em uma cesta de brinquedos existem x carros verdes e y carros amarelos com x e y sendo números inteiros positivos. Após adicionar 20 carros verdes e 20 carros amarelos à cesta, o percentual da quantidade de carros verdes passou a ser 60% da quantidade total de carros. A opção que contém a relação correta entre x e y é:
- (A)  $3x = 2y + 20$   
(B)  $3x = 2y + 10$   
(C)  $2x = 3y + 10$   
(D)  $2x = 2y + 20$   
(E)  $2x = 3y + 20$
19. Marina comprou 30% de uma torta de frango e 80% de um bolo em uma padaria. Após Marina deixar a padaria, Pedro comprou o que sobrou da torta de frango por 14 reais e o que sobrou do bolo por 6 reais, o valor que Marina pagou em reais é:
- (A) 28  
(B) 30  
(C) 32  
(D) 34  
(E) 36
20. A professora Roberta aplicou uma avaliação de português e uma avaliação de matemática para os seus estudantes de uma turma de preparação para concursos públicos. A média aritmética das notas dos estudantes foi 9,0 em português e 7,5 em matemática. Quinze estudantes que tiraram a nota igual a 10,0 em português e 6,4 em matemática nestas avaliações deixaram a turma da professora Roberta, com a saída destes quinze estudantes a média aritmética das notas dos estudantes que permaneceram na turma da professora Roberta passou a ser 8,4 em português. A média aritmética das notas em matemática dos estudantes que permaneceram na turma da professora Roberta é:
- (A) 8,16  
(B) 8,20  
(C) 8,25  
(D) 8,34  
(E) 8,35

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, de um terço dos membros do Senado Federal, do Presidente da República ou de mais da metade das Assembleias Legislativas, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros. A respeito das emendas constitucionais, marque a afirmativa CORRETA.
- (A) A proposta de emenda será deliberada em cada uma das Casas do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), em 2 turnos de votação, devendo, para ser aprovada, ter em cada turno o voto da maioria absoluta de seus respectivos membros.
  - (B) O presidente do Senado Federal é a autoridade competente para promulgar emendas à Constituição.
  - (C) No processo legislativo das emendas à Constituição não há necessidade de sanção do Presidente da República.
  - (D) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, exceto se proposta pelo Presidente da República.
  - (E) Eventual proposta de emenda constitucional tendente a abolir o direito de propriedade poderá ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional.
22. Em relação aos crimes de responsabilidade, admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante:
- (A) Supremo Tribunal Federal.
  - (B) Senado Federal.
  - (C) Congresso Nacional.
  - (D) Câmara dos Deputados.
  - (E) Superior Tribunal de Justiça.
23. Assinale a opção CORRETA.
- (A) De acordo com o princípio federativo adotado no Brasil, os estados-membros possuem autonomia administrativa e política, sendo admitido o direito de cessão aos estados da Federação.
  - (B) O estabelecimento pela CF de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos seus termos, evidencia a adoção da democracia indireta ou representativa.
  - (C) Segundo entendimento do STF o tribunal de Contas é considerado um Poder da União assim como o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
  - (D) Adoção do sistema de freios e contrapesos admite controles recíprocos entre os Poderes, a serem exercidos nos limites previstos na Constituição, com a finalidade de garantir entre eles uma convivência harmônica.
  - (E) O mecanismo denominado sistema de freios e contrapesos é aplicado, por exemplo, no caso da nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), atribuição do presidente da República e dependente da aprovação pelo Congresso Nacional.
24. Os Estados-membros organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal. A respeito da Justiça Estadual, é INCORRETO afirmar:
- (A) A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça.
  - (B) O Tribunal de Justiça não poderá funcionar de forma descentralizada.
  - (C) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
  - (D) Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.
  - (E) O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

25. As comissões parlamentares de inquérito (CPI) são comissões temporárias criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, a partir do requerimento de 1/3 dos seus membros, para apurar fato certo por prazo determinado. Sobre isto, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Segundo entendimento do STF a CPI pode investigar fato novo, desde que ligado ao fato originário.
  - (B) Uma CPI poderá ser instalada mediante requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, não se exigindo que o requerimento seja submetido a deliberação plenária da Casa.
  - (C) Apesar de possuir prazo certo, são possíveis sucessivas prorrogações, desde que dentro da mesma legislatura.
  - (D) A CPI instaurada no Poder Legislativo estadual pode promover a quebra de sigilo bancário de pessoa submetida a investigação.
  - (E) Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não pode determinar a interceptação telefônica de uma pessoa.
26. Assinale a opção CORRETA.
- (A) Os Tribunais de Contas, no exercício de suas atribuições, não podem apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público, tendo em vista que suas decisões são eminentemente administrativas.
  - (B) O controle de constitucionalidade preventivo não pode ser exercido pelo Presidente da República.
  - (C) O controle judicial preventivo de constitucionalidade, que envolve vício no processo legislativo, deve ser exercido pelo Presidente da República via mandado de segurança.
  - (D) Todos os Poderes da República têm a possibilidade de atuar no controle preventivo, exceto o poder Judiciário.
  - (E) O Poder Judiciário realiza o controle repressivo de constitucionalidade, tanto por meio do controle difuso, quanto por meio do controle concentrado.
27. Sobre o Processo Legislativo Ordinário, é INCORRETO afirmar:
- (A) Projeto de lei de iniciativa do STF e dos demais Tribunais Superiores deverá ser iniciado, mediante o respectivo depósito junto à mesa, na Câmara dos Deputados.
  - (B) Terá sempre início na Câmara dos Deputados a votação dos projetos de lei de iniciativa popular, das medidas provisórias e dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do STF e dos Tribunais Superiores.
  - (C) A iniciativa popular de leis exige, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados (inclusive o Distrito Federal), com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
  - (D) Projeto de Lei de iniciativa de Senador ou de comissão do Senado Federal terá como casa iniciadora o Senado Federal.
  - (E) A matéria constante de Projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo Projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria relativa dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
28. O Poder Judiciário brasileiro atua em dois modelos de controle de constitucionalidade: o modelo concentrado (também conhecido como reservado) e o modelo difuso (também chamado de aberto ou incidental). Haverá controle de constitucionalidade concentrado quando o Supremo Tribunal Federal julgar as seguintes ações, EXCETO:
- (A) Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica (ADI).
  - (B) Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).
  - (C) Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADI interventiva).
  - (D) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).
  - (E) Mandado de Segurança.
29. De acordo com a Constituição Federal, de quem é a competência da iniciativa popular na esfera estadual:
- (A) 1% do eleitorado estadual.
  - (B) 0,3% (três décimos por cento) dos eleitores do estado.
  - (C) 5% do eleitorado estadual.
  - (D) 2% do eleitorado estadual.
  - (E) cabe à Constituição de cada Estado estabelecer o quórum de iniciativa popular nos Estados.

30. Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a opção CORRETA.

- (A) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou Ato Normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- (B) Quando se realiza o controle de constitucionalidade de atos normativos por um único tribunal, independentemente da existência de um caso concreto a ser julgado, diz-se que esse controle é difuso e abstrato.
- (C) No controle difuso ou incidental, o juiz não pode de ofício fundamentar sua decisão pela inconstitucionalidade da lei aplicável ao caso sob julgamento, pois só pode agir por provocação de uma das partes.
- (D) De acordo com a Constituição Federal, somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (E) O controle difuso (ou jurisdição constitucional difusa) e o controle concentrado (ou jurisdição constitucional concentrada) são dois critérios de controle de constitucionalidade. O primeiro ocorre se só for deferido ao tribunal de cúpula ou a uma corte especial, e o segundo é verificado quando se reconhece o seu exercício a todos os componentes do Poder Judiciário.

31. Sobre o Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar:

- (A) A implementação do estado de emergência, que tem relação com desastres naturais e não com a segurança nacional, não é considerada limite ao poder de reforma.
- (B) Durante a vigência de estado de sítio a Constituição Federal não pode ser emendada.
- (C) Apenas a intervenção federal faz com que Constituição Federal não possa ser emendada.
- (D) Em regra, não é possível a intervenção da União em um município.
- (E) A constituição Federal não pode ser emendada na implementação do estado de emergência e durante a intervenção da União nos Estados.

32. A respeito da interpretação e aplicação da Norma constitucional:

- I. O direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia limitada;
- II. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam exercício do direito de greve;
- III. Na ausência de lei específica, é cabível a impetração de mandado de injunção.

É CORRETO afirmar:

- (A) Os itens I e II estão incorretos.
- (B) Apenas o item I está correto.
- (C) Os itens II e III estão incorretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.
- (E) Apenas o item III está correto.

33. Acerca do Sistema de Registro de Preço, está CORRETO afirmar:

- I. Na licitação para registro de preços é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil;
  - II. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações;
  - III. O julgamento, por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.
- (A) Os itens I e II estão corretos.
  - (B) Os itens I e III estão corretos.
  - (C) Os itens I, II e III estão corretos.
  - (D) Os itens II e III estão corretos.
  - (E) Apenas II está correto.

34. A respeito da democracia, participação e soberania popular, assinale a opção INCORRETA.
- (A) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
  - (B) A obrigatoriedade do voto não é considerada cláusula pétrea.
  - (C) O Supremo Tribunal Federal tem posicionamento no sentido de ser possível nova assembleia constituinte revisora, desde que editada emenda constitucional convocando a revisão da constituição.
  - (D) O plebiscito e o referendo, consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, devem ser convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõe qualquer das Casas do Congresso Nacional.
  - (E) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuídos pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
35. Acerca do Controle de Constitucionalidade, marque a opção CORRETA.
- (A) Os efeitos da decisão que afirma a inconstitucionalidade da norma em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade, em regra, são *ex nunc*.
  - (B) O controle de Constitucionalidade de qualquer decreto regulamentar deve ser realizado pela via difusa.
  - (C) É impossível matéria de fato em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
  - (D) Após a propositura da Ação Declaratória de Constitucionalidade é admissível a desistência.
  - (E) A mutação constitucional tem relação não com o aspecto formal do texto constitucional, mas com a interpretação dada à Constituição.
36. Acerca do regime jurídico dos bens públicos, é INCORRETO afirmar:
- (A) Os bens de uso especial podem ser objeto de concessão de uso.
  - (B) Na desafetação um bem de uso comum do povo só pode ser convertido em um bem de uso especial.
  - (C) A investidura é hipótese legal de alienação de bens imóveis em que é dispensada a realização do processo licitatório.
  - (D) Os bens das empresas públicas ou sociedades de economia mista prestadoras de serviço público e que estejam afetados a essa finalidade são considerados bens públicos.
  - (E) Os bens das estatais exploradoras de atividade econômica são bens privados.
37. Acerca das fiscalizações contábil, financeira e orçamentária previstas na CF, julgue os itens que seguem:
- I. Os ministros do TCU têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do STJ;
  - II. Tanto um brasileiro nato quanto um brasileiro naturalizado pode ser nomeado para o cargo de Ministro do TCU;
  - III. No âmbito da União, o controle é exercido exclusivamente pelo TCU.
- Estão CORRETOS os itens:
- (A) Apenas o item I.
  - (B) Apenas o item II.
  - (C) II e III.
  - (D) I e II.
  - (E) I e III.
38. A convalidação é a correção do vício existente no ato administrativo, com efeitos retroativos. Alguns vícios no ato administrativo NÃO admitem convalidação, são eles:
- (A) Vício de Forma, Finalidade e Motivo.
  - (B) Vício de Motivo, Competência e Finalidade.
  - (C) Vício de Objeto, Forma e Competência Exclusiva.
  - (D) Vício de Competência Exclusiva, Finalidade e Motivo.
  - (E) Vício de Competência Exclusiva, Motivo e Objeto.

39. De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 pela inexecução total ou parcial do contrato a administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contrato algumas sanções. No que se refere a essas sanções julgue os itens como Verdadeiro ou Falso e assinale a opção com a sequência CORRETA.

- I. Multa de 25% do valor do contrato;
- II. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 4 anos;
- III. Advertência;
- IV. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção anterior.

- (A) F – V – V – V
- (B) V – V – V – V
- (C) F – F – V – V
- (D) V – F – F – V
- (E) F – F – V – F

40. Com relação à Improbidade Administrativa, analise as afirmativas a seguir:

- I. Frustrar a licitude de concurso público é ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública;
- II. Negar publicidade de atos oficiais é ato que gera prejuízo ao erário;
- III. Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazer é ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) Apenas o item I está incorreto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão incorretos.
- (D) Apenas o item III está correto.
- (E) Apenas os itens I e III estão corretos.

41. A prefeitura de Teresina constatou que um grupo de empresas atuava em conjunto para fraudar procedimentos licitatórios instaurados para fornecimento de material escolar para a rede pública. Diante de tal situação, a autoridade pública poderá aplicar sanção prevista na Lei Federal nº 8.666/93 que consiste em:

- (A) Proibição do direito de participar de licitações, por prazo máximo de 5 anos, cabível a reabilitação mediante ressarcimento à Administração.
- (B) Cassação da licença de funcionamento.
- (C) Multa, no limite de até 20 vezes o valor do objeto da licitação.
- (D) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- (E) Suspensão do direito de contratar com a Administração pelo prazo máximo de 5 anos.

42. Maria, fiscal do PROCON do Piauí, com lotação na Assembleia Legislativa do Estado do Piauí - ALEPI, após receber denúncia anônima acerca de irregularidades em supermercado, compareceu ao local e apreendeu vários produtos fora do prazo de validade. Tal postura está pautada em uma das características do poder de polícia, qual seja:

- (A) Inexigibilidade.
- (B) Autoexecutoriedade.
- (C) Discricionariedade.
- (D) Consensualidade.
- (E) Normatividade.

43. Sobre o contrato de Parceria Público-Privada, assinale o item CORRETO.

- (A) É vedado em contratações cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- (B) É vedado em contratações cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos.
- (C) É vedado quando tem como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- (D) O prazo dos contratos é de 10 a 25 anos.
- (E) Vedado quando o valor do contrato é inferior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões).

44. Quanto à classificação dos atos administrativos, marque a opção INCORRETA.

- (A) O registro de aposentadoria pelo TCU é um ato composto
- (B) Ato composto é o que resulta da vontade única de um órgão ou agente, mas depende de aprovação, notificação ou confirmação por parte de outro para produzir seus efeitos.
- (C) Ato complexo: é aquele que se forma pela conjugação de vontades de mais de um órgão ou agente.
- (D) Portaria expedida por presidente de tribunal é um ato simples.
- (E) Atos de império expressam a vontade soberana do Estado e o seu poder de coerção.

45. De acordo com os critérios que permitem distinguir a polícia judiciária da polícia administrativa, é INCORRETO afirmar que a polícia judiciária:

- (A) É exercida com autoexecutoriedade e coercibilidade. Porém em algumas situações a polícia judiciária dependerá de autorização judiciária, como por exemplo, no caso de interceptação telefônica.
- (B) Age somente repressivamente e a polícia administrativa age preventivamente.
- (C) Atua de maneira vinculada ou discricionária.
- (D) É privativa de corporações especializadas e a polícia administrativa por vários órgãos administrativos.
- (E) Atua exclusivamente com base no princípio da tipicidade.

46. A perda do cargo público poderá ocorrer, depois de adquirido a estabilidade, nos seguintes casos:

- I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa;
- III. Mediante provimento de avaliação periódica de desempenho, na forma estabelecida em Lei Complementar, assegurada ampla defesa;
- IV. Quando a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do DF e dos Municípios exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar.

Estão CORRETOS os itens:

- (A) I, II, III.
- (B) I, III, IV.
- (C) II, III.
- (D) I, III.
- (E) I, II, III, IV.

47. Considerando a Lei Complementar nº 13/1994, são espécies de penalidades disciplinares existentes:

- I. Censura;
- II. Suspensão;
- III. Demissão;
- IV. Repressão;
- V. Destituição de cargos em comissão;
- VI. Cassação de aposentadoria e disponibilidade;
- VII. Advertência.

Assinale a opção com os itens CORRETOS.

- (A) II, III, V, VI, VII
- (B) I, IV, V, VI
- (C) I, III, V, VII
- (D) II, III, IV, V, VII
- (E) II, III, IV, V, VI, VII

48. No que diz respeito à Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir:

- I. O prazo prescricional de ato de improbidade praticado por Governador de Estado é contado do término do mandato;
- II. Na avaliação de improbidade por dano ao erário, a responsabilidade é subjetiva;
- III. De acordo com a Lei, a ação de improbidade não pode ser cumulada com pedido de danos morais.

Estão CORRETOS apenas os itens:

- (A) I e II
- (B) I
- (C) III
- (D) II e III
- (E) I e III

49. A respeito das hipóteses de exoneração do servidor público estadual do Piauí, julgue os itens a seguir:

- I. Quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II. Tomar posse no cargo público e não tiver em exercício funcional contínuo pelo prazo de seis meses;
- III. Quando tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício, no prazo determinado;
- IV. A juízo da autoridade competente quando se tratar de cargo em comissão;
- V. For promovido para cargo diverso, inserido na mesma carreira a que pertence.

Estão CORRETOS os itens:

- (A) I, II, III.
- (B) I, III, V.
- (C) I, III, IV.
- (D) II, III, IV.
- (E) II, IV, V.

50. Considerando as disposições da Lei Complementar nº 13/1994, assinale a opção CORRETA.

- (A) O servidor perderá a remuneração dos dias em que faltar ao serviço e a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a 60 minutos.
- (B) Quando houver pagamento indevido ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição poderá ser dividida em duas parcelas iguais.
- (C) Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, até o limite de 30% da respectiva remuneração.
- (D) Compõem a remuneração, para efeito do cálculo de qualquer outra vantagem ou para a concessão de licença ou afastamento, as verbas de natureza indenizatória.
- (E) As reposições e indenizações ao erário, após a devida atualização, serão previamente comunicadas ao servidor ou ao pensionista e amortizadas em parcelas mensais cujos valores não excederão a vinte por cento da remuneração ou provento.

RASCUNHO

RASCUNHO